

# Taxa extra da conta de luz pode até dobrar

Adicional da bandeira vermelha pode ir dos atuais R\$ 9,49 para R\$ 20 a cada 100 kWh

**Marlla Sabino**  
**Anne Warth** | BRASÍLIA

Novos cálculos internos do governo apontam para a necessidade de um aumento da bandeira vermelha nível 2 das contas de luz, dos atuais R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, para algo entre R\$ 15 e R\$ 20, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. Há ainda um cenário-limite de até R\$ 25, mas é improvável que ele seja adotado.

Na sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve definir qual bandeira vai vigorar nas contas do mês de setembro. Como não há sinal de melhora nas condições de abastecimento e diante da situação crítica dos reservatórios das usinas hidrelétricas, a expectativa é que a bandeira vermelha nível 2 seja mantida até o fim do ano.

Em junho, a agência abriu consulta pública para decidir se manteria a taxa extra em R\$ 9,49 ou se aumentaria o valor para

R\$ 11,50. Esses valores, no entanto, foram propostos pela Aneel antes das ações adotadas pela Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (Creg), grupo presidido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e criado por meio da Medida Provisória 1055.

Desde que o comitê foi criado, o governo adotou diversas ações para tentar evitar apagões ou ainda a necessidade de um racionamento de energia. A termelétrica William Arjona,

em Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem um custo variável superior a R\$ 2,4 mil por megawatt-hora (MWh), e a importação de energia da Argentina e do Uruguai, por exemplo, custa mais de R\$ 2 mil por megawatt-hora (MWh). Por dia, o Brasil importa 2 mil megawatts dos países vizinhos.

As despesas com térmicas mais caras são pagas pelas distribuidoras praticamente à vista, e o repasse ao consumidor pode ser feito de duas formas:

**● No vermelho**  
**R\$ 8 bilhões**  
é quanto deve ser o rombo da Conta Bandeira, que custeia medidas emergenciais para manter o abastecimento, até o final do ano

ou pelas bandeiras ou no reajuste anual. A previsão da Aneel é que a Conta Bandeira feche o ano com déficit de R\$ 8 bilhões. As medidas emergen-

ciais já adotadas devem aumentar o rombo entre R\$ 2,4 bilhões a R\$ 4,3 bilhões. As empresas reclamam que estão com o caixa está no limite e não há como manter valores tão elevados por tanto tempo.

**Opções.** Conforme apurou o *Estadão/Broadcast*, o governo trabalha com vários cenários. Um deles é aumentar a bandeira vermelha 2 de forma a cobrir todo o déficit entre setembro e dezembro. Isso exigiria um valor extra de até R\$ 25, mas que seria retirado das contas em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro deve disputar a reeleição.

Outro é cobrir o rombo até abril, de forma mais branda, aprovando dois valores para a bandeira: um, mais elevado, para vigorar entre setembro e dezembro, e outro, mais baixo, a ser aplicado entre janeiro e abril. Por fim, outra possibilidade é aumentar a bandeira para um valor intermediário e único, válido entre setembro e abril, de cerca de R\$ 15.

Em tese, a decisão sobre o reajuste da bandeira tarifária caberia apenas à Aneel, mas o órgão regulador quer ter o aval do MME para adotar uma medida tão impopular – no caso, da Creg e do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).



**Reajuste.** Torres de energia em Brasília: reservatórios de água em baixa e tarifas em alta

## Governo admite uma 'relevante piora' na crise hídrica

BRASÍLIA

O governo admitiu ontem uma "relevante piora" na degradação do cenário hídrico do País e nas projeções para os próximos meses. Frente ao agravamento da escassez nos reservatórios, é considerado "imprescindível" a adoção de todas as medidas em andamento e propostas, principalmente o acio-

namento de usinas adicionais, até mesmo as mais caras, e medidas para reter mais águas nos reservatórios.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) ontem, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresentou proposta para flexibilizações temporárias na operação do Rio São Francisco. A medida repre-

senta que o uso da água para geração de energia elétrica terá prioridade em relação a outros usos.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), a medida considera a importância de se dispor de recursos energéticos adicionais a fim de assegurar as condições de atendimento eletroenergético. "Minimizando, assim, a degrada-

ção do armazenamento nos reservatórios das usinas hidrelétricas destacadamente nas regiões Sudeste e Sul do País", diz a nota divulgada nesta noite.

Também foram discutidos aspectos de flexibilizações operativas que estão vigentes relacionadas a níveis mínimos de armazenamento de usinas hidrelétricas. O colegiado indicou a necessidade de uso dos esto-

ques hídricos armazenados. O tema ainda será analisado pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), que se reunirá hoje.

**Bônus.** Durante a reunião, a assessoria econômica do MME apresentou a proposta de programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica voltado para consu-

midores residenciais. A intenção do governo é dar um incentivo econômico, uma espécie de bônus, para aqueles que economizarem energia. A previsão é que as regras sejam divulgadas no início de setembro.

"O CMSE, na sua competência legal, continuará monitorando, de forma permanente, as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País, adotando as medidas para a garantia do suprimento de energia elétrica."

ESTADÃO  
BLUE STUDIO

APRESENTADO POR  
**KPMG**

## GOVERNANÇA GANHA RELEVÂNCIA COM ESG

É no pilar "G" que nasce a estratégia de sustentabilidade das empresas

A sigla ESG, composta pelas iniciais em inglês de Ambiental, Social e Governança, vem ganhando importância cada vez maior como uma visão contemporânea e abrangente de sustentabilidade corporativa. Esse tripé sintetiza os aspectos que devem sustentar a estratégia de negócios das corporações atentas às necessidades e às exigências atuais da sociedade e do mercado.

Especialistas alertam que entender a relação entre o contexto em que os negócios acontecem e a estratégia da empresa é crítico para o sucesso no curto e no longo prazos. O contexto atual apresenta elementos ambientais, sociais e éticos que têm de ser considerados e gerenciados para o sucesso de uma organização – inclusive porque passam a ter cada vez mais influência sobre os resultados financeiros.

As ações das empresas nos pilares Ambiental e Social tendem a ganhar maior divulgação e repercussão, mas é na Governança que tudo começa, ressalta o sócio de Governança Corporativa e ESG da KPMG, Sebastian Soares. "Quando a gente fala de ESG, é preciso ter um olhar holístico, integrado. É na governança que nascem as principais decisões, que vão definir todo o resto", ele afirma.

Num mundo cada vez mais complexo, lembra o sócio da KPMG, é fundamental oxigenar os conselhos das empresas com diversidade. Além das questões de gênero, orientação sexual, etnia e idade, é importante, também, incorporar profissionais com diferentes formações, trajetórias e histórias de vida. "Dependendo da área de atuação da empresa, filósofos, sociólogos, biólogos e geógrafos podem trazer excelentes contribuições, por exemplo."



Nelmara Arbex e Sebastian Soares, sócios da KPMG especialistas em ESG



### NOVA MENTALIDADE

A jornada ESG exige a adoção de indicadores detalhados em cada um dos pilares. É aconselhável que a remuneração dos executivos e conselheiros passe a estar associada a avanços comprováveis nesses indicadores – tudo com transparência e clareza, em sintonia com a expectativa crescente entre os consumidores e os investidores. "O mercado não vai mais tolerar o chamado *greenwashing*, que é a adesão falsa ou superficial aos princípios de sustentabilidade", adverte Soares.

O especialista ressalta que os relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas terão que traduzir em números – e em cifras – os efeitos e impactos das ações de ESG. "Esses relatórios ainda não são obrigatórios e nem precisam estar integrados aos resultados financeiros, mas isso está mudando rapidamente", ele observa. Uma das etapas da evolução será a necessidade de contratação de auditores independentes para chancelar as informações, projeta Soares.

Tudo isso envolve uma mudança profunda de mentalidade, em que a tradicional prioridade dada ao objetivo de proporcionar lucro aos acionistas passa a ser combinada com propósitos que beneficiam também a sociedade e os demais públicos da empresa: funcionários, clientes, fornecedores, comunidade. O momento é crítico, pois estamos no início de uma década desafiadora e definidora. Nesse cenário, as empresas não podem continuar "deixando para depois", reforça a sócia da KPMG especializada em ESG, Nelmara Arbex. "Adiar as ações necessárias pode levar a perdas de capital reputacional difíceis de recuperar", ela lembra.



Conheça os serviços da KPMG